

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 132.355 - RS (2011/0307274-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : BRUNA ROCHO DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : CLAUDINE ROTTA - RS039849**  
**EMBARGADO : CALIXTO WENZEL**  
**ADVOGADO : WANDERLEY MARCELINO - RS016635**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face da decisão de fl. 315 e-STJ, que negou seguimento ao agravo em recurso especial.

A parte embargante sustenta que "há omissão do julgado acerca do pedido da agravada na condenação do agravante na multa do art. 557, § 2º, do CPC". Afirma que "em suas contrarrazões ao Agravo em Recurso Especial, a agravada discorreu acerca do manifesto descabimento da pretensão recursal intentada pelo agravante, bem como o intuito meramente procrastinatório da medida – aliás, intenção a qual o agravante logrou êxito, tendo em vista que conseguiu retardar o trânsito em julgado da condenação que lhe foi imposta por mais de dois anos" (fl. 319 e-STJ).

Sem razão a embargante. Na decisão embargada, foi consignado que "o recurso especial não ultrapassa o juízo de admissibilidade, eis que não consta dos autos a Guia de Recolhimento da União referente ao preparo do recurso especial de fls. 214/238 (e-STJ). Destaco que consta dos autos apenas o suposto comprovante de pagamento, à fl. 239 (e-STJ), o qual não supre a necessidade da citada Guia".

O juízo singular de admissibilidade (fls. 251/255 e-STJ) não examinou esse tema, limitando-se aos fundamentos de inexistência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 e de incidência da Súmula n. 7/STJ.

O agravo sequer ultrapassou o exame de admissibilidade, motivo por que indevida a apreciação do argumento apresentado pelo agravado nas suas contrarrazões, que não prescindiria do exame do mérito do inconformismo do agravante, para aferir se o recurso é manifestamente inadmissível ou infundado.

Assim, não há omissão a ser suprida.

À luz do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Intimem-se.

Após, retornem os autos para o julgamento do agravo interno de fls. 320/324 e-STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

